



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

INFORME DE ANÁLISE

**Policiais,
Democracia
e Direitos**



FICHA TÉCNICA E INSTITUCIONAL FBSP

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Marlene Inês Spaniol – Presidente

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Cássio Thyone A. de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago (licenciada)

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Elisandro Lotin de Souza (licenciado)

Isabel Figueiredo

Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Talita Nascimento

Beatriz Teixeira (estagiária)

Thaís Carvalho (estagiária)

Pesquisadora Associada

Sofia Reinach

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araújo



FICHA TÉCNICA

Renato Sérgio de Lima
David Marques
Marina Bohnenberger
Isabela Sobral
Betina Warmling Barros
Amanda Lagreca Cardoso
Samira Bueno

Assessoria de Comunicação

Analítica Comunicação Corporativa
analitica@analitica.inf.br
(11) 2579-5520

Projeto gráfico e diagramação

Oficina22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br

Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.



Policiais, Democracia e Direitos

APRESENTAÇÃO

Esse sumário executivo da pesquisa **Policiais, Democracia e Direitos** apresenta os primeiros resultados de uma investigação mais ampla sobre o posicionamento de profissionais de segurança pública no Brasil a respeito de temas como autoritarismo, democracia, eleições e direitos humanos. Nele, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP traz dados que sugerem que a maioria dos policiais e demais profissionais da segurança pública que responderam os questionários é a favor da democracia e contra qualquer tipo de ruptura institucional e/ou golpe de Estado. Pelos dados coletados, os policiais brasileiros não devem embarcar em nenhuma tentativa de subversão da ordem democrática e do Estado de Direito e, na sua maioria, concordam que quem for declarado vencedor das Eleições pela Justiça Eleitoral deve ser empossado.

Às vésperas do Sete de Setembro, quando oficialmente será comemorado o Bicentenário da Independência, esses dados ganham relevância extra, pois existe o temor de que a data seja apropriada por grupos radicalizados que apoiam o presidente Jair Bolsonaro para a defesa, exatamente, de medidas de exceção e apoio explícito a um golpe. Saber que os profissionais da segurança pública, por inúmeras razões, não estão capturados pela narrativa golpista é uma informação fundamental hoje no cenário político e institucional brasileiro. Isso não significa, contudo, que entre os policiais não existam críticas ao modelo de funcionamento do Estado brasileiro, bem como à forma de atuação do Poder Judiciário, por exemplo. Acreditar na democracia não é sinônimo de concordância com práticas vigentes. Até por isso, a pesquisa vai mostrar um profissional da segurança pública dividido em relação a pautas que afetam diretamente a atividade policial, como população armada ou relação com o Ministério Público e Poder Judiciário. Também é preciso destacar que posições autoritárias ou, mesmo, golpistas estão representadas nas respostas, mesmo que, felizmente, elas sejam minoritárias.

Seja como for, o foco desse Sumário Executivo serão as perguntas da pesquisa sobre democracia e autoritarismo. A pesquisa completa será divulgada em breve e trará dados sobre a visão dos policiais acerca de diversos temas da agenda de direitos civis, sociais e humanos, bem como o detalhamento da relação com o Ministério Público e o Poder Judiciário. Antes de continuar, porém, é importante fazer alguns apontamentos metodológicos sobre a natureza do levantamento. Em primeiro lugar, a técnica adotada pela pesquisa faz uso de perguntas com forte conotação valorativa para que os respondentes concordem e/ou discordem, não existindo, portanto, perguntas neutras ou “isentas”. A técnica pressupõe o posicionamento do respondente em uma escala que vai da concordância total à discordância total com um enunciado valorado. É isso que permite captar e medir níveis de adesão que aproximam ou distanciam grupos sociais, bem como identificar pontos de convergência no debate de ideias e políticas públicas.

Em segundo lugar, a pesquisa parte de um questionário estruturado com 45 questões temáticas e 11 perguntas sobre o perfil profissional e social da pessoa respondente. São perguntas sobre o perfil profissional e o nível de concordância/discordância em relação a temas e valores que estão presentes e circulando na sociedade brasileira. Para o seu preenchimento, um link para o questionário foi enviado exclusivamente para a base cadastral de profissionais da área de que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública dispõe, de modo a garantir que somente estes pudessem respondê-lo de forma anônima. Adicionalmente, para incentivar o preenchimento, foi feita ampla divulgação da pesquisa em redes



sociais orientando que profissionais da área solicitassem o link para o FBSP, bem como todas as chefias e comandos das polícias foram contatados para divulgarem a pesquisa entre seus profissionais.

Por ter sido disparada para um cadastro grande de contatos e as respostas serem espontâneas, a pesquisa não tem caráter probabilístico e não é estatisticamente representativa do universo de policiais brasileiros. Isso não permite afirmações peremptórias e/ou extrapolação da amostra. Contudo, a pesquisa permite uma visão bastante poderosa de como os policiais e demais profissionais da segurança pública estão dispostos a se posicionar no debate nacional e em qual direção. O estudo confirma dados de [dois levantamentos](#), esses com representatividade estatística, sobre a interação de policiais em ambientes bolsonaristas radicalizados. Assim, a pesquisa serve sobretudo para a captação de tendências, que posteriormente precisam ser confirmadas por estudos mais aprofundados. Em reforço a essa conclusão, ainda que a amostra não seja estatisticamente representativa, a pesquisa contou com respondentes de todos os segmentos da segurança pública do país: Polícias Militares, Polícias Civis, Polícias Científicas/Perícias, Guardas Civis Municipais, Corpos de Bombeiros Militares, Polícia Federal, Polícias Penais¹ e Polícia Rodoviária Federal. Isso faz com que o presente levantamento tenha o mesmo valor metodológico, por exemplo, de grupos focais, técnica reconhecida de identificação de tendências de comportamento.

Como procedimento complementar de consistência, foi testada a aplicação de pesos aos resultados encontrados na pesquisa, ponderando as respostas pelo tamanho dos efetivos de cada corporação e pela região de atuação do respondente. Ao final, diante do fato de a ponderação não mostrar resultado muito diferente do da base original, optou-se por se trabalhar com essa última, até para facilitar a leitura e a compreensão dos dados. Ao adotar a base de respostas original, sem ponderação, um ganho extra foi manter a metodologia aplicada nas duas últimas pesquisas de opinião similares realizadas pelo FBSP junto a policiais ([“Escuta dos Profissionais de Segurança Pública do Brasil”](#), lançada em 2021, e [“Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública”](#), de 2014) e viabilizar comparações quando estas se mostrarem pertinentes.

Com base nesses procedimentos metodológicos e com tais técnicas de pesquisa, obteve-se 5.058 respostas completas para todas as questões. Desse total, 85,6% têm entre 30 e 55 anos de idade, mostrando um perfil mais experiente de trabalho. Já 83,5% das respostas foram dadas por homens; 53,6% por pessoas que se autodeclararam pretos e pardos; 44% são católicos, enquanto 23,9% se dizem evangélicos (entre tradicionais e neopentecostais). Quanto à escolaridade, 34,6% têm ensino superior completo; a maior parte dos profissionais vêm das regiões Sudeste (29,1%) e Nordeste (29,5%) e/ou é composta por policiais militares (38,7%), seguido dos policiais civis (20,5%); e dos guardas municipais (13,4%). Em termos de tempo de profissão, a grande maioria dos policiais participantes (89,7%) está na corporação há mais de 5 anos.

Mais detalhes da distribuição sociodemográfica da amostra de respondentes podem ser conferidos no anexo ao final do relatório, mas ressalta-se que os dados sobre o perfil dos respondentes guardam relação com os do perfil geral das forças de segurança pública descritos [na última edição do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#), na seção sobre o Mapa das Polícias, que traz dados sobre efetivos, carreiras e salários de tais profissionais. Dito de outra forma, a amostra de respostas obtida pela pesquisa ora retratada é similar à do total de profissionais da segurança pública da ativa atualmente no país.

¹ A pesquisa consultou policiais penais estaduais e federais. No entanto, devido ao baixo número de respostas dos policiais penais federais, foram consideradas as respostas apenas dos estaduais.



DESTAQUES

95,6% dos respondentes concordam com a assertiva “O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia”;

Para 84,5% dos policiais a democracia é preferível a qualquer outro regime de governo, percentual quase dez pontos maior do que o revelado pela pesquisa feita pelo Datafolha junto a população brasileira adulta de 16 anos de idade ou mais e publicada no último dia 19 de agosto de 2022.

80,9% dos profissionais concordam que “Quem for declarado vencedor das eleições pela Justiça Eleitoral deverá ser empossado em 1º de janeiro”, confirmando a confiança no processo eleitoral do país;

74,9% acreditam que “Os direitos humanos serem respeitados é essencial para a democracia”;

62,9% discordam que “Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas”; só **8,8%** concordam ou concordam totalmente com um governo autoritário;

55,6%, discordam que “Em alguns casos seria justificável que os militares apoiassem ou tomassem o poder através de um Golpe de Estado”; enquanto **14,7%** concordam ou concordam totalmente com um golpe de Estado;

30,5% dos respondentes discordam totalmente ou discordam e **27,6%** concordam/concordam totalmente com a liberação para que a população ande armada;

33,1% veem o Ministério Público como aliado, enquanto **19,2%** acreditam que o MP mais atrapalha do que ajuda o trabalho das polícias;

27,9% consideram que o Poder Judiciário mais atrapalha do que ajuda o trabalho das polícias; já **26,7%** discordam ou discordam totalmente;

A despeito dos resultados globais indicarem adesão majoritária dos profissionais da segurança pública à democracia, entre **15% e 40%** dos respondentes podem ser considerados radicalizados ou potencialmente radicalizáveis, a depender das características da conjuntura política e institucional. São os que não discordam ou relativizam um golpe de Estado. [Essa informação confirma achados das pesquisas do FBSP de 2020 e 2021 sobre a interação de policiais nas redes sociais em ambientes bolsonaristas radicalizados.](#)



PRINCIPAIS RESULTADOS²

Em 2020, após o motim da Polícia Militar do Ceará e uma série de ações policiais contra manifestações críticas ao presidente Jair Bolsonaro, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública deu início à produção de uma série de estudos sobre o que chamou de processo de radicalização político partidária de policiais brasileiros e sobre os riscos de politização das instituições policiais. Partindo da premissa apontada pela literatura internacional, em especial a pesquisa de Robert Reiner realizada no Reino Unido na década de 1970, que indicou que 80% dos policiais ingleses à época se descreviam como conservadores, o FBSP tem buscado separar o que é um policial ser conservador e estar alinhado aos valores que regem o espectro político e ideológico da direita do que é concordar com teses e propostas que defendem rupturas institucionais antidemocráticas, como fechamento do Congresso Nacional e/ou dissolução do STF.

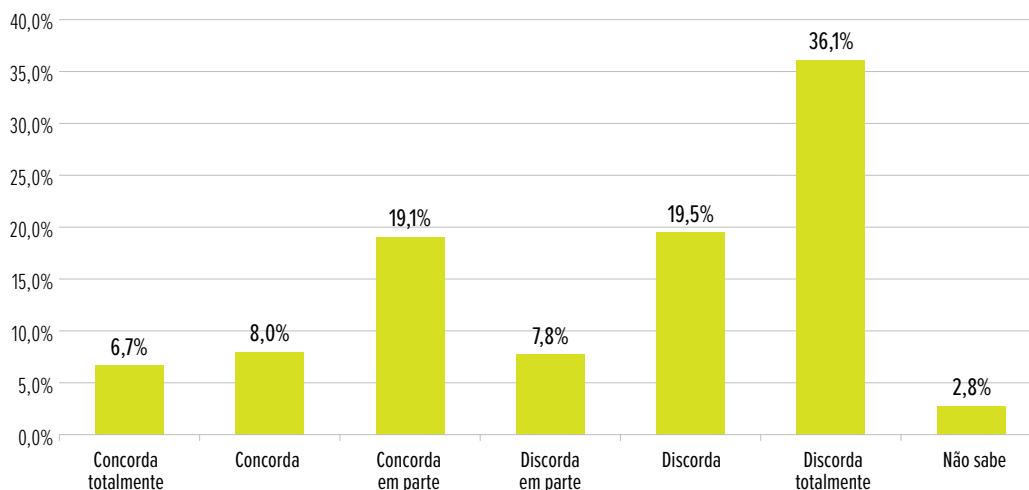
Assim, muitos dos estudos realizados desde 2020 indicam que os profissionais de segurança pública podem, sim, ser considerados um segmento mais conservador do que a média geral da população. E, entre os diferentes critérios que podem ser utilizados para a formulação desta assertiva, um deles foi revelado no recente levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre candidaturas de policiais para as eleições gerais de 2022, a partir de dados do TSE. Segundo esse levantamento, 94,9% dos candidatos são de partidos à direita no espectro político (direita e centro direita). Ou seja, ao menos entre os candidatos egressos das fileiras da segurança pública, há um quadro de quase hegemonia de posições conservadoras, que hoje tem sido capturado pelo bolsonarismo e pelas pautas que esse movimento tem tentado emplacar (liberação de armas de fogo, ampliação da licença para matar, entre outros). E é aqui que outro exemplo pode ser mencionado, o da pesquisa “Política entre os Policiais Militares, Civis e Federais do Brasil” que, em agosto de 2021, detectou que 38% dos policiais interagem em ambientes digitais ligados ao bolsonarismo. Nesse último caso, o estudo detectou que 21% dos policiais que interagiam em ambientes digitais em 2021 o faziam com páginas e perfis associados ao que foi chamado de “bolsonarismo radical”, onde teses golpistas são defendidas abertamente.

Com base nesses estudos e resultados, a presente pesquisa foi guiada na tentativa de resposta à questão sobre o quanto radicalizadas podem ser consideradas as posições políticas deste importante segmento profissional. E, como resultado, é possível afirmar que os policiais e demais profissionais da segurança pública são, juntamente com os integrantes das Forças Armadas federais, atores estratégicos da agenda política brasileira atual e que parcela significativa do segmento está bastante suscetível aos “ataques especulativos” do projeto de poder de Jair Bolsonaro e seu grupo. Mas, mesmo concordando com posições defendidas pelo atual governo, os mecanismos formais e informais de controle e supervisão existentes (hierarquia, regulamentos disciplinares, cultura organizacional, entre outros) parecem resistir e servir de anteparo à radicalização e à ruptura institucional.

2 Para fins de análise, são considerados concordantes a soma dos que respondem “concordo totalmente” e “concordo”, ao passo que se considera que discordam das afirmativas todos aqueles que respondem “discordo” ou “discordo totalmente”.

GRÁFICO 1

“Em alguns casos seria justificável que os militares apoiassem ou tomassem o poder através de um Golpe de Estado”, por grau de concordância (em %)

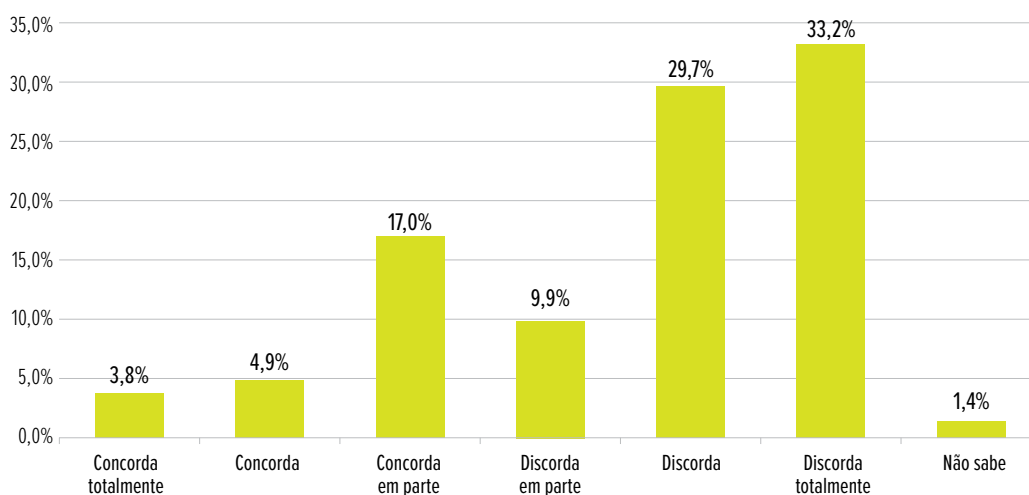


Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Isso fica patente ao se observar, em primeiro lugar, que a maior parte dos policiais se opõe a medidas políticas anti-democráticas e autoritárias. 55,6% dos respondentes afirmaram não concordar com um golpe de Estado executado ou apoiado por militares para a tomada do poder. É verdade que 14,7% concordam com teses golpistas e reforçam a ideia que salvaguardas democráticas são necessárias e que não é exagero que alertas sejam disparados e acompanhamentos feitos.

GRÁFICO 2

“Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas”, por grau de concordância (em %)

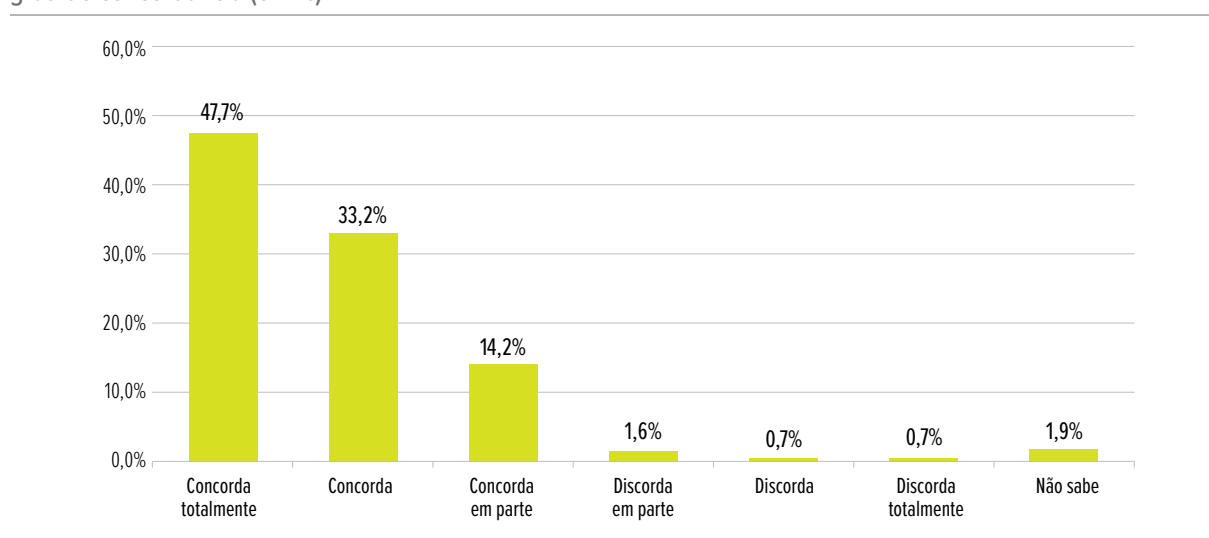


Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Os freios e contrapesos da divisão de Poderes são reconhecidos como relevantes por 62,9% dos policiais respondentes, que declararam discordar da afirmação de que mesmo situações de crise justificam que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver problemas. Agora, diante do debate recente no país sobre a confiabilidade das Urnas eletrônicas, a informação mais relevante da pesquisa é que 80,9% dos profissionais da segurança pública concordam que quem for declarado vencedor das eleições pela Justiça Eleitoral deverá ser empossado em 1º de janeiro. O apoio mais contundente (“concorda totalmente”) é observado na Polícia Científica/Perícia (65,5%), Polícia Federal (64,4%) e na Polícia Rodoviária Federal (61,7%).

GRÁFICO 3

“Quem for declarado vencedor das eleições pela Justiça Eleitoral deverá ser empossado em 1º de janeiro”, por grau de concordância (em %)

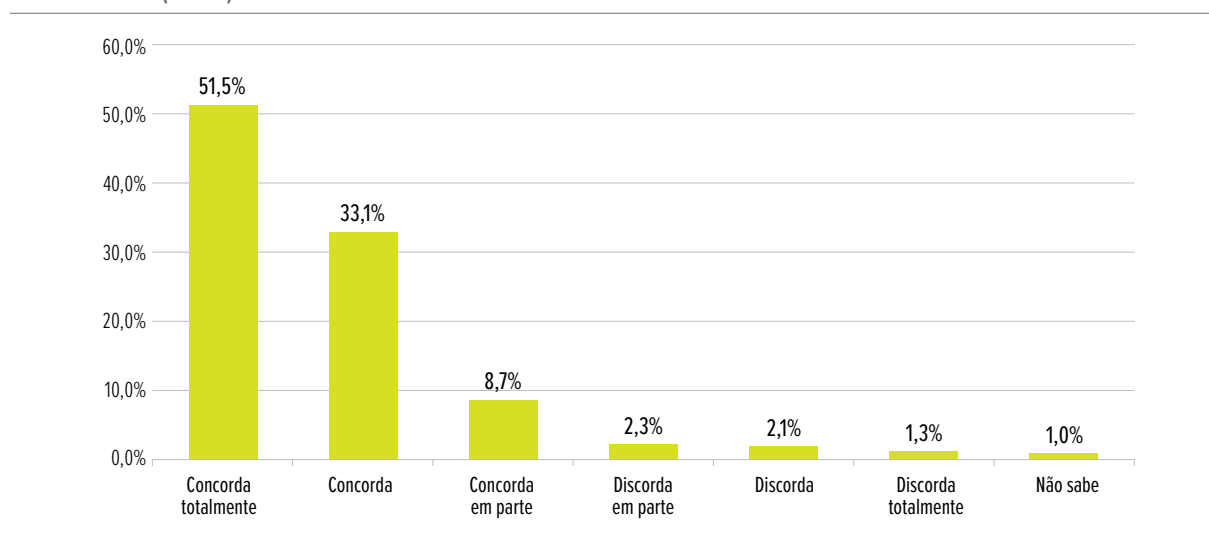


Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Para 84,5%, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Por fim, 95,6% concordam que o povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia. Os dados indicam, portanto, que a maior parte dos policiais acredita na democracia, valoriza algumas de suas instituições e não embarcaria em aventuras de ruptura da ordem democrática.

GRÁFICO 4

“Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, por grau de concordância (em %)

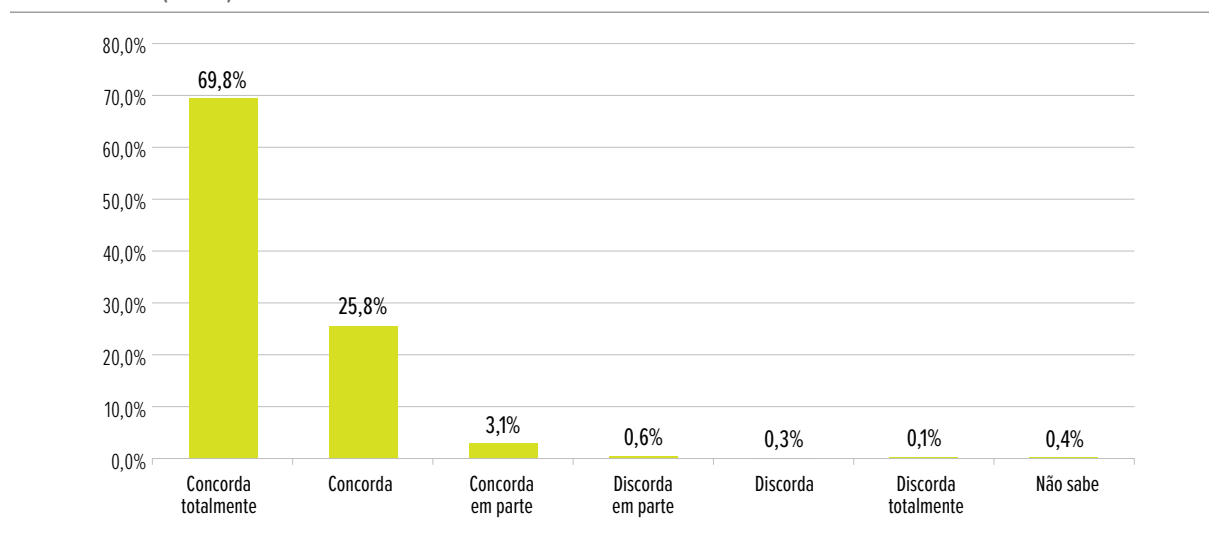


Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Uma reflexão que merece ser aprofundada em estudos futuros, mas que é interessante destacar, é que os conceitos de ‘democracia’ e eleições ‘livres e transparentes’ funcionam como conceitos ‘ônibus’, sobre os quais poucos serão explicitamente contra. Entretanto, tais conceitos vão assumir significados práticos distintos de acordo com o grupo social e/ou o espectro político ideológico que os mobilizam.

GRÁFICO 5

“O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia”, por grau de concordância (em %)

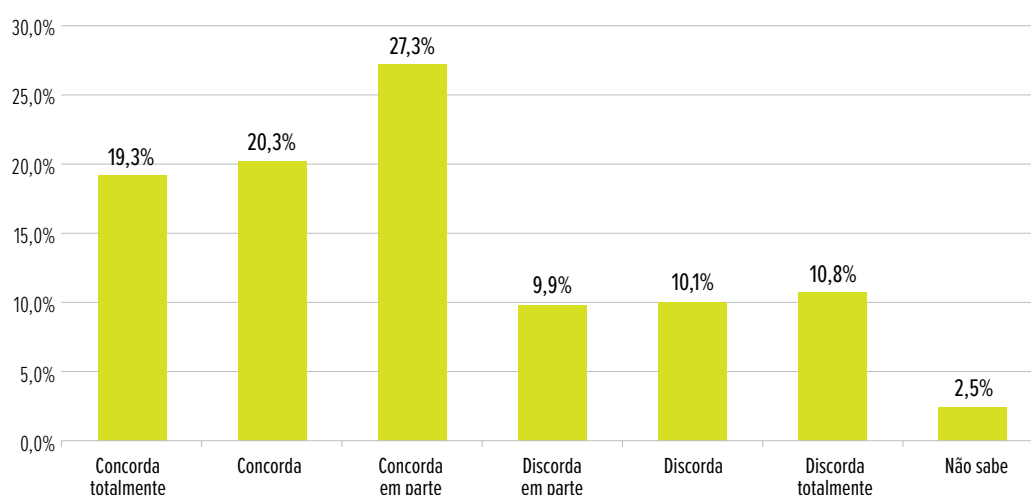


Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Isso porque, não obstante o alto grau de adesão ao ideal democrático, os dados revelam críticas dos policiais ao funcionamento do nosso sistema político e eleitoral. Se reconhecem a função da Justiça Eleitoral, a cantilena do bolsonarismo sobre as urnas eletrônicas parece impactar a percepção dos profissionais da segurança pública. Apenas 39,6% concordam que o sistema eleitoral do Brasil garante que os resultados reflitam a vontade do povo. 27,3% concordam em parte com essa informação. Tais dados indicam uma crítica ao sistema eleitoral, que pode ser representado, entre outros elementos, pelos partidos políticos e pelas urnas eletrônicas. Aqui a agenda *bolsonarista* que se autodenomina “antissistema”, que caracteriza o sistema político brasileiro como corrupto e que têm construído uma agenda para minar a percepção social sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas, parece se conectar com as opiniões dos profissionais de segurança pública.

GRÁFICO 6

“O sistema eleitoral do Brasil garante que os resultados reflitam a vontade do povo”, por grau de concordância (em %)

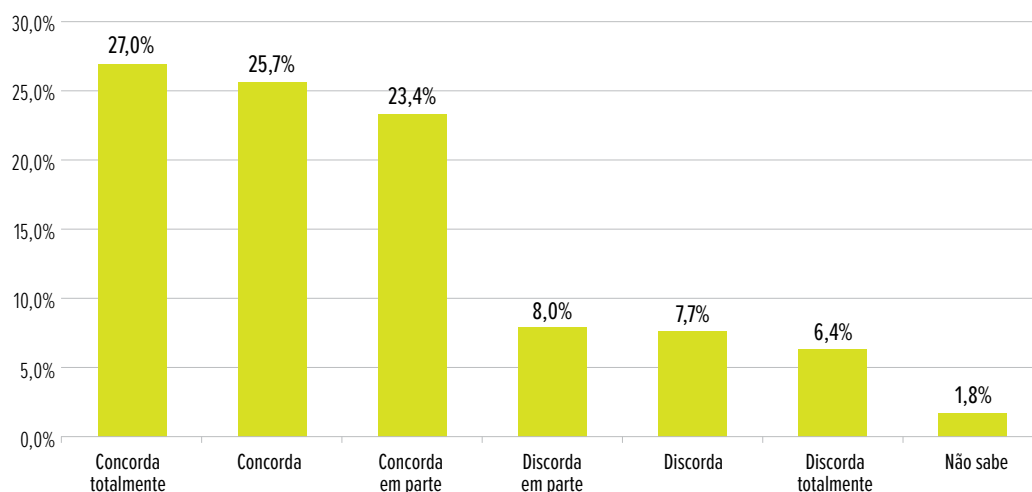


Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Na mesma linha, a pesquisa identificou estranhamentos difusos com o Poder Judiciário (ou ao sistema de justiça, de forma mais ampla) que são explorados pelo bolsonarismo mas que, em verdade, deveriam ser objeto de diálogos mais constantes entre polícias e Judiciário para a busca de convergências e alinhamentos na garantia de direitos e proteção da população. 52,7% concordam que é importante para a democracia que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade, mas se considerados ainda os 23,4% dos respondentes que concordam em parte com tal assertiva, nota-se que limites e autonomias precisam ser respeitados.

GRÁFICO 7

“É importante para a democracia que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade”, por grau de concordância (em%)

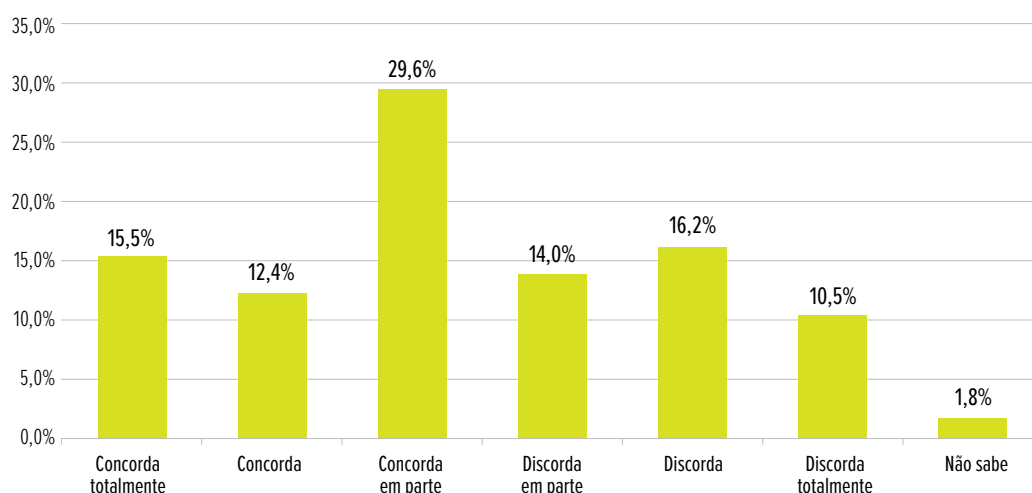


Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

E, sinal de estranhamentos que precisam ser aclarados, para 27,9% o Poder Judiciário mais atrapalha do que ajuda o trabalho das polícias. Outros 29,6% concordam em parte com a afirmação. No entanto, a questão não parece ser política. A crítica dos profissionais de segurança pública à atuação do Judiciário parece estar mais concentrada na sua relação cotidiana com o sistema de justiça criminal - crítica essa que muitas vezes aparece sintetizada na máxima de senso comum “a polícia prende, a justiça solta”. O bolsonarismo parece tentar se conectar com esse sentimento de insatisfação cotidiana dos policiais e buscar a ampliação dessa crítica em direção a outros aspectos da atuação do Judiciário. E, para evitar que discursos radicais ganhem corpo e pautem a relação entre Judiciário e Polícias, é preciso disposição para a busca conjunta de soluções para aspectos administrativos e burocráticos que porventura gerem fricções entre instituições.

GRÁFICO 8

“O Poder Judiciário mais atrapalha do que ajuda o trabalho das polícias”, por grau de concordância (em %)

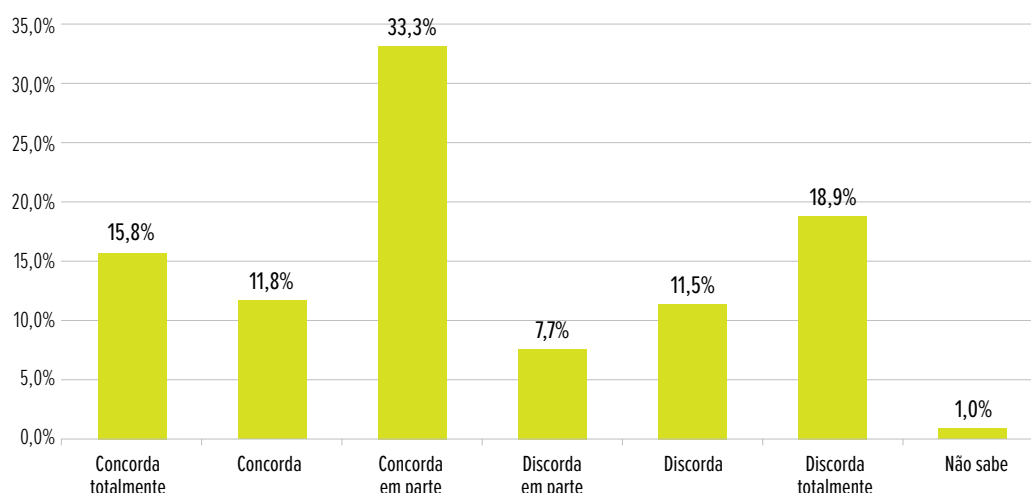


Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Outra pauta cara ao bolsonarismo, o da ampliação do acesso às armas de fogo pela população, parece ainda não ter conseguido capturar a maioria dos policiais para a ideia de armar a população, mas, se olhada comparativamente com outros levantamentos do FBSP, é algo que tem ganhado espaço e terreno. Embora as opiniões a respeito do armamento da população se dividam entre os policiais, os dados sugerem que é possível observar a valorização crescente das armas de fogo por grupos de particulares, quando comparado a levantamento de 2021.

GRÁFICO 9

“A sociedade brasileira seria mais segura se as pessoas andassem armadas para se proteger da violência”, por grau de concordância (em %)



Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Sobre a afirmação “A sociedade brasileira seria mais segura se as pessoas andassem armadas para se proteger da violência”, 27,6% dos respondentes concordam e 30,5% discordam, ainda que o percentual dos que concordam em parte (33,3%) seja significativo. As diferenças aparecem dentro das corporações: as maiores proporções de concordância são observadas no Corpo de Bombeiros (38,6%), nas Polícias Penais (36,8%) e na Polícia Militar, onde 30,7% concordam. Desacordos mais contundentes à afirmativa (discordam totalmente) se encontram na Polícia Científica/Perícia (36,7%) e na Polícia Federal (35,4%).

Todavia, na pesquisa ‘[Escuta dos Policiais de 2021](#)’, 10,4% dos policiais eram favoráveis à liberação ampla do porte e posse de armas de fogo. No entanto, a comparação entre as duas questões deve levar em conta que, em 2021, mediu-se o apoio a diferentes níveis de restrição às armas; na atual pesquisa, os números informam o grau de associação entre armas e segurança por parte dos policiais. Os índices de 2022 parecem sugerir um aumento do apoio ao uso de armas de fogo pela população, com a percepção de que isso melhoraria a segurança da sociedade. Em 2021, parte significativa (73,6%) concordou com o “Uso civil permitido, mas com diferentes níveis de restrições”, postura que parece se alinhar aos 33,3% que, em 2022, concordam em parte com a suposta segurança oferecida pelas armas de fogo à população, o que sugere o apoio a algum nível de restrição e condicionantes para o porte/posse de arma de fogo.

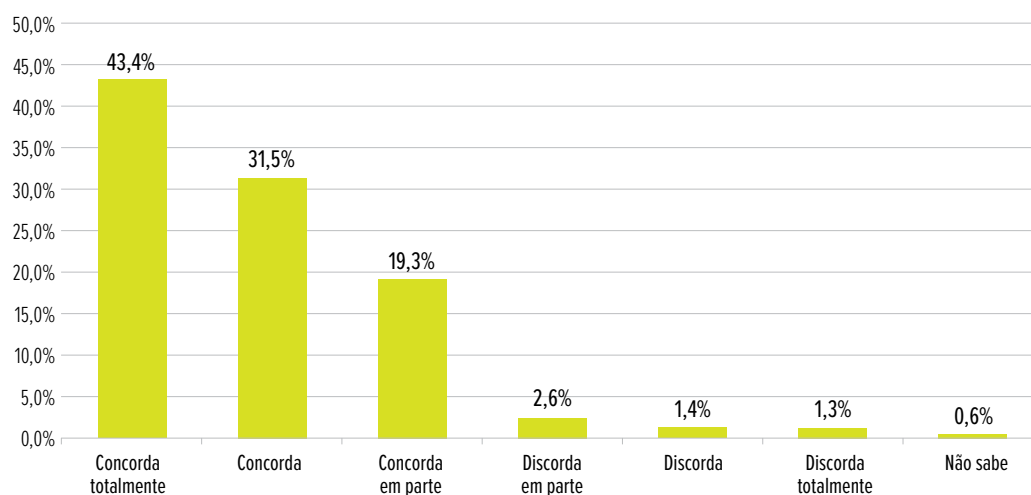
Em resumo, a liberação de armas de fogo não é uma pauta das categorias que integram as instituições da segurança pública no Brasil. Ela parece ser uma pauta do governo Jair Bolsonaro e das lideranças policiais que estão se candida-

tando, que precisariam se aproximar do bolsonarismo para ganhar tração. Mas ela tampouco é irrelevante. A variável que parece influenciar o debate é sobre a capacidade de controle, supervisão e rastreabilidade de armas e munições. É ela que afeta o cotidiano da atividade policial e de segurança pública e que coloca os policiais na linha de frente do enfrentamento do crime e da redução da violência.

Esse fato ajuda a entender que 74,9% dos policiais respondentes afirmam concordar que os direitos humanos serem respeitados é essencial para a democracia. Ou seja, a grande maioria dos policiais apoia, ao menos do ponto de vista formal, a importância dos direitos humanos enquanto princípio da democracia. E isso se faz por intermédio do Poder Público e não delegando responsabilidades para a população. O debate sobre o acesso às armas mostra-se não uma questão de proteção ou de segurança, mas, sim, uma agenda moral e política. Os profissionais da área parecem compreender isso perfeitamente e sinalizam que balizas legais e respeito e garantia de direitos coletivos são igualmente importantes ante a liberdade irrestrita dos indivíduos. No limite, o pressuposto da segurança pública como direito fundamental e condição para o exercício pleno da cidadania tem aderência entre os profissionais da área e pode ser fortalecido e potencializado com medidas de reforma da arquitetura institucional da segurança pública do país.

GRÁFICO 10

“Os direitos humanos serem respeitados é essencial para a democracia”, por grau de concordância (em %)



Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.



Como já frisado, este sumário executivo não esgota os dados da pesquisa policiais, direitos e democracia. O relatório completo será divulgado em breve. Porém, para contribuir com o debate em torno da força de teses golpistas, ele buscou sistematizar algumas das respostas mais aderentes à discussão. Dessa forma, constatou-se que, embora a ampla maioria dos profissionais da segurança pública seja formalmente entusiasta dos princípios e das instituições democráticas, uma parcela que pode variar entre 15% e 40% pode ser considerada radicalizada ou potencialmente radicalizável, a depender das características da conjuntura política e institucional. Nesse cálculo, considerou-se todos que não eram contrários à afirmativa sobre apoio a um golpe de Estado e/ou que a relativizaram com “discordo em parte”. Essa informação reforça a importância da observância contínua das condutas individuais dos profissionais de segurança pública por parte dos órgãos de controle, internos e externos, às polícias. E, nesse diapasão, ganha relevância a modernização da legislação e dos códigos disciplinares que regem as condutas de tais profissionais como tarefa inadiável dos próximos dirigentes e parlamentares eleitos no país. Hoje a fragilidade e o anacronismo existentes nas normas estimula antagonismos e fortalece aqueles que as exploram politicamente, mesmo que seja apenas como ferramenta retórica para a obtenção de votos. A captura das pautas associativistas das categorias da área pelo bolsonarismo radicalizado é também fruto da não modernização legislativa e, como vacina, é preciso sinalizar que mudanças serão priorizadas, sempre com respeito e valorização dos profissionais. Segurança Pública não pode ser negligenciada pelos demais atores políticos do país.



ANEXOS

TABELA 1

Questões detalhadas por corporação, em %

Abaixo encontram-se algumas afirmações sobre temas da atualidade. Por favor, marque em cada uma seu grau de concordância ou discordância.		Total	Corporação							
			Corpo de Bombeiros	Guarda Municipal	Polícia Científica/Perícia	Polícia Civil	Polícia Federal	Polícia Militar	Polícia Penal	Polícia Rodoviária Federal
Em alguns casos seria justificável que os militares apoiassem ou tomassem o poder através de um Golpe de Estado	Concorda totalmente	6,7%	8,9%	6,5%	2,1%	3,9%	1,4%	8,4%	10,2%	3,7%
	Concorda	8,0%	9,5%	8,9%	3,4%	5,7%	9,6%	9,1%	9,8%	6,1%
	Concorda em parte	19,1%	22,6%	18,6%	9,0%	13,0%	9,6%	23,5%	24,7%	12,8%
	Discorda em parte	7,8%	9,8%	5,7%	3,4%	6,6%	0,0%	9,9%	6,8%	6,1%
	Discorda	19,5%	21,5%	19,7%	20,7%	17,2%	20,5%	21,1%	15,3%	16,8%
	Discorda totalmente	36,1%	22,3%	38,0%	60,7%	51,5%	58,9%	25,0%	29,4%	53,5%
	Não sabe	2,8%	5,4%	2,7%	0,7%	2,0%	0,0%	3,0%	3,8%	1,1%
Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas	Concorda totalmente	3,8%	5,0%	2,6%	2,8%	2,5%	0,0%	5,1%	6,4%	1,6%
	Concorda	4,9%	5,4%	5,6%	2,8%	3,0%	1,4%	6,7%	4,7%	1,6%
	Concorda em parte	17,0%	17,3%	18,9%	4,8%	12,0%	6,8%	21,6%	20,4%	9,8%
	Discorda em parte	9,9%	13,6%	8,5%	9,0%	9,3%	9,6%	9,8%	9,4%	10,1%
	Discorda	29,7%	27,9%	31,9%	24,8%	29,7%	26,0%	29,3%	34,0%	30,3%
	Discorda totalmente	33,2%	27,7%	31,1%	53,8%	42,8%	56,2%	25,9%	24,3%	46,3%
	Não sabe	1,4%	3,0%	1,3%	2,1%	0,7%	0,0%	1,6%	0,9%	0,3%
Quem for declarado vencedor das eleições pela Justiça Eleitoral deverá ser empossado em 1º de janeiro	Concorda totalmente	47,7%	38,2%	45,9%	65,5%	57,3%	64,4%	41,0%	43,8%	61,7%
	Concorda	33,2%	38,0%	39,4%	20,0%	27,6%	24,7%	36,5%	33,6%	22,3%
	Concorda em parte	14,2%	17,4%	10,5%	6,9%	10,8%	8,2%	17,3%	17,9%	12,5%
	Discorda em parte	1,6%	2,2%	1,5%	3,4%	1,3%	1,4%	1,7%	1,7%	1,1%
	Discorda	0,7%	0,7%	0,5%	0,0%	1,1%	0,0%	0,7%	0,4%	0,3%
	Discorda totalmente	0,7%	0,7%	1,1%	0,0%	0,4%	1,4%	0,9%	0,4%	0,0%
	Não sabe	1,9%	3,0%	1,1%	4,1%	1,5%	0,0%	2,0%	2,1%	2,1%
Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	Concorda totalmente	51,5%	47,0%	45,2%	64,1%	59,4%	64,4%	48,6%	46,0%	56,4%
	Concorda	33,1%	34,8%	37,6%	25,5%	30,3%	30,1%	33,2%	35,3%	31,9%
	Concorda em parte	8,7%	10,2%	9,0%	7,6%	6,1%	2,7%	9,8%	11,1%	7,7%
	Discorda em parte	2,3%	3,2%	3,2%	0,0%	1,9%	0,0%	2,3%	2,6%	1,9%
	Discorda	2,1%	2,6%	1,8%	0,7%	1,0%	1,4%	3,1%	1,7%	1,1%
	Discorda totalmente	1,3%	0,6%	2,1%	1,4%	0,7%	1,4%	1,6%	2,6%	0,5%
	Não sabe	1,0%	1,5%	1,1%	0,7%	0,4%	0,0%	1,2%	0,9%	0,5%
O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia	Concorda totalmente	69,8%	63,2%	65,8%	80,7%	73,4%	74,0%	68,5%	68,5%	77,1%
	Concorda	25,8%	32,5%	28,5%	15,9%	23,1%	23,3%	26,4%	28,9%	19,7%
	Concorda em parte	3,1%	2,4%	4,0%	2,1%	2,7%	2,7%	3,5%	1,7%	2,4%
	Discorda em parte	0,6%	0,6%	0,3%	0,7%	0,5%	0,0%	0,7%	0,4%	0,5%
	Discorda	0,3%	0,2%	0,6%	0,0%	0,2%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%
	Discorda totalmente	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
	Não sabe	0,4%	1,1%	0,3%	0,7%	0,0%	0,0%	0,5%	0,4%	0,3%

Continua



Abaixo encontram-se algumas afirmações sobre temas da atualidade. Por favor, marque em cada uma seu grau de concordância ou discordância.		Total	Corporação							
			Corpo de Bombeiros	Guarda Municipal	Polícia Científica/Perícia	Polícia Civil	Polícia Federal	Polícia Militar	Polícia Penal	Polícia Rodoviária Federal
O sistema eleitoral do Brasil garante que os resultados reflitam a vontade do povo	Concorda totalmente	19,3%	15,0%	23,6%	31,0%	26,4%	28,8%	12,7%	14,9%	26,1%
	Concorda	20,3%	20,2%	25,8%	23,4%	21,0%	17,8%	17,9%	19,6%	20,7%
	Concorda em parte	27,3%	27,8%	24,4%	23,4%	24,9%	20,5%	30,5%	30,2%	23,4%
	Discorda em parte	9,9%	11,3%	7,3%	7,6%	8,4%	8,2%	11,7%	7,7%	10,1%
	Discorda	10,1%	12,4%	9,5%	2,8%	9,9%	13,7%	10,1%	12,3%	8,8%
	Discorda totalmente	10,8%	10,0%	8,1%	6,9%	7,9%	9,6%	14,1%	11,9%	8,8%
	Não sabe	2,5%	3,3%	1,3%	4,8%	1,4%	1,4%	3,0%	3,4%	2,1%
É importante para a democracia que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade	Concorda totalmente	27,0%	19,1%	25,2%	46,9%	38,6%	45,2%	18,2%	22,1%	43,9%
	Concorda	25,7%	23,9%	30,4%	24,8%	27,6%	27,4%	23,9%	25,1%	25,0%
	Concorda em parte	23,4%	27,4%	23,1%	13,1%	18,1%	15,1%	26,6%	27,7%	20,2%
	Discorda em parte	8,0%	9,3%	7,8%	7,6%	5,4%	6,8%	10,0%	7,2%	4,8%
	Discorda	7,7%	9,1%	6,8%	2,8%	5,1%	1,4%	10,4%	11,1%	2,4%
	Discorda totalmente	6,4%	7,4%	6,0%	2,8%	4,2%	4,1%	8,7%	5,5%	2,7%
	Não sabe	1,8%	3,7%	0,8%	2,1%	0,9%	0,0%	2,3%	1,3%	1,1%
O Poder Judiciário mais atrapalha do que ajuda o trabalho das polícias	Concorda totalmente	15,5%	16,5%	13,9%	4,3%	10,8%	10,1%	20,1%	12,3%	14,1%
	Concorda	12,4%	12,7%	13,8%	8,0%	8,8%	4,3%	14,3%	10,4%	14,4%
	Concorda em parte	29,6%	32,4%	29,6%	17,4%	26,4%	29,0%	32,6%	32,5%	24,0%
	Discorda em parte	14,0%	12,0%	13,9%	15,2%	15,4%	24,6%	12,4%	14,2%	17,2%
	Discorda	16,2%	11,8%	16,0%	22,5%	22,3%	18,8%	12,9%	19,3%	16,7%
	Discorda totalmente	10,5%	7,7%	11,6%	27,5%	15,3%	13,0%	6,3%	10,4%	12,7%
	Não sabe	1,8%	7,0%	1,1%	5,1%	0,9%	0,0%	1,4%	0,9%	0,8%
A sociedade brasileira seria mais segura se as pessoas andassem armadas para se proteger da violência	Concorda totalmente	15,8%	22,2%	17,7%	8,8%	9,5%	6,3%	18,5%	22,3%	8,3%
	Concorda	11,8%	16,4%	12,7%	8,2%	8,4%	8,9%	12,1%	14,5%	12,4%
	Concorda em parte	33,3%	32,0%	39,3%	21,1%	25,9%	24,1%	39,0%	29,8%	25,0%
	Discorda em parte	7,7%	6,8%	7,2%	8,2%	6,7%	7,6%	7,5%	11,2%	10,9%
	Discorda	11,5%	7,8%	9,9%	15,6%	16,3%	17,7%	9,5%	10,3%	13,9%
	Discorda totalmente	18,9%	13,3%	12,1%	36,7%	32,1%	35,4%	12,6%	12,0%	28,3%
	Não sabe	1,0%	1,4%	1,1%	1,4%	1,1%	0,0%	0,8%	0,0%	1,3%
Os direitos humanos serem respeitados é essencial para a democracia	Concorda totalmente	43,4%	34,8%	39,8%	59,3%	51,7%	60,3%	39,0%	38,3%	52,9%
	Concorda	31,5%	35,3%	34,4%	26,9%	27,9%	23,3%	31,1%	35,3%	34,6%
	Concorda em parte	19,3%	22,1%	18,4%	9,0%	16,2%	15,1%	23,3%	22,6%	9,3%
	Discorda em parte	2,6%	3,2%	2,7%	2,1%	2,0%	0,0%	3,0%	2,6%	1,6%
	Discorda	1,4%	1,7%	1,9%	2,1%	1,0%	1,4%	1,6%	0,9%	0,0%
	Discorda totalmente	1,3%	1,3%	1,9%	0,0%	1,0%	0,0%	1,5%	0,0%	1,3%
	Não sabe	0,6%	1,5%	0,8%	0,7%	0,1%	0,0%	0,6%	0,4%	0,3%

Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.



TABELA 2

Policiais respondentes, por corporação (em %)

A que corporação você pertence?	Percentual válido
Corpo de Bombeiros	10,0%
Guarda Municipal	13,4%
Polícia Científica/Perícia	3,1%
Polícia Civil	20,5%
Polícia Federal	1,7%
Polícia Militar	38,2%
Polícia Penal	5,0%
Polícia Rodoviária Federal	8,1%

Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

TABELA 3

Policiais respondentes, por Região de atuação (em %)

Em qual região do país você atua?	Percentual válido
Centro-Oeste	13,6%
Nordeste	29,5%
Norte	13,9%
Sudeste	29,1%
Sul	13,8%

Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

TABELA 4

Policiais respondentes, por gênero (em %)

Em relação ao sexo biológico/gênero, você se define como:	Percentual válido
Feminino	16,3%
Masculino	83,5%
Outros	0,2%

Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

TABELA 5

Policiais respondentes, por raça/cor (em %)

De acordo com as categorias de raça/cor adotadas pelo IBGE, você se identifica como:	Percentual válido
Amarelo (a)	1,0%
Branco (a)	44,9%
Indígena	0,5%
Pardo (a)	45,4%
Preto (a)	8,2%

Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

TABELA 6

Policiais respondentes, por grau de escolaridade (em %)

Qual é o seu grau de escolaridade?	Percentual válido
Ensino fundamental completo	0,7%
Ensino médio incompleto	0,7%
Ensino médio completo	11,6%
Ensino superior incompleto	10,6%
Ensino superior completo	34,6%
Pós-graduação lato sensu (especialização) incompleto ou completo	35,0%
Pós-graduação stricto sensu (mestrado) incompleto ou completo	5,4%
Doutorado incompleto ou completo	1,4%

Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

TABELA 7

Policiais respondentes, por religião (em %)

Qual a sua religião ou culto?	Percentual válido
Católica	44,0%
Espírita	8,0%
Evangélica pentecostal	9,7%
Evangélica tradicional	14,2%
Outras religiosidades	3,2%
Prefiro não responder	4,5%
Sem religião	14,5%
Umbanda ou Candomblé	2,0%

Fonte: Pesquisa “Policiais, democracia e direitos”; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

INFORME DE ANÁLISE

Policiais,
Democracia
e Direitos



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

www.forumseguranca.org.br